

MIRAGENS DO CENÁRIO EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: Um estudo etnográfico do Estado, mercado e seus desdobramentos quantitativos e leitura crítica

Isaías dos Santos¹
Noélio Martins²
Renan Albuquerque³

RESUMO

A educação tem tomado pressupostos que nos convidam a pensar criticamente, conjecturar e racionar o modelo implantado no Brasil, padrão que já vinha sofrendo modificações ao longo dos anos. A essa nova conjuntura nos direcionamos ao Estado do Amazonas, mais precisamente para o Município de Parintins na intenção de investigar as categorias i) Estado; ii) Mercado; iii) Quantitativo e iv) Leitura Crítica para compreender as barreiras e desafios enfrentados por professores, gestão escolar e alunados. A pesquisa é de caráter etnográfico e bibliográfico, e tem como suposto o levantamento de classes categóricas por meios de entrevistas semiestruturadas, com professores e gestão escolar, para análise de conteúdo manual — pautada em Bardin (2009) — para concepção e inferências do cenário educativo no bioma amazônico e suas nuances. Igualmente, espera-se que este estudo seja um ponto de partida para investigações futuras e promissoras a se pensar a educação no território brasileiro⁴.

Palavras-chave: Processo Educativo; Bioma Amazônico; Criticidade; Quantitativo; Ensino.

MIRAGENS OF THE EDUCATIONAL SCENARIO IN THE BRAZILIAN AMAZON: An ethnographic study of the State, market and its quantitative developments and critical reading

ABSTRACT

Education has taken assumptions that invite us to think critically, conjecture and ration the model implemented in Brazil, a pattern that has already undergone changes over the years. To this new conjuncture, we are directed to the State of Amazonas, more precisely to the Municipality of Parintins with the intention of investigating the categories i) State; ii) Market; iii) Quantitative and iv) Critical Reading to understand the barriers and challenges faced by teachers, school management and students. The research is of an ethnographic and bibliographic nature, and it is supposed to survey categorical classes by means of semi-structured interviews, with teachers and school management, to analyze manual content - based on Bardin (2009) - for conception and inferences of the educational scenario in the Amazon biome and its nuances. Equally, it is expected that this study will be a starting point for future and promising investigations to think about education in the Brazilian territory⁵.

Keywords: Educational Process; Amazon Biome; Criticality; Quantitative; Teaching.

¹ Graduado em Letras – UEA/CESP; pós-graduado em Língua Portuguesa e Literatura pela Facibra/PR; pós-graduado em Ensino de Língua Portuguesa pela FATEC/RO; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Saint Alcuin Of York Anglican College/Chile. Pesquisador do Núcleo de e Estudos e Pesquisa em Ambientes Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas – NEPAM/CNPq. E-mail: isaiassantos454@gmail.com

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. E-mail: noeliomartins@hotmail.com

³ Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Pesquisador Colaborador do Núcleo Diversitas/USP. E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com

⁴ Para a confecção teórica, pautou-se em Freire (2013); Bagno (2007); Marx e Engels (1996); Kuenzer (2006); Granja (2010); Aranha (1990); Brandão (2005); Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Odenildo Sena (2001) e (2016); Constituição Federal Brasileira (2018); Antunes (2014); Brandão (2002); Anastasiou (2001); Giroux (1997); Gandin (2000); Mühl (2010); Libâneo (2005); Saviani (1997); Gomes (2006).

⁵ For theoretical preparation, it was based on Freire (2013); Bagno (2007); Marx and Engels (1996); Kuenzer (2006); Granja (2010); Aranha (1990); Brandão (2005); Law No. 9,394, of December 20, 1996; Odenildo Sena (2001) and (2016); Brazilian Federal Constitution (2018); Antunes (2014); Brandão (2002); Anastasiou (2001); Giroux (1997); Gandin (2000); Mühl (2010); Libâneo (2005); Saviani (1997); Gomes (2006).

1 INTRODUÇÃO

Estudamos aqui interpretações de uma escola que parece dirigida pelo Estado e mercado; ou seja, a respeito da fragmentação do ensino com objetivação apenas para o fim mercadológico e de controle estatal. Entendemos que a fragmentação/condensação da educação, mais precisamente no Ensino Médio, onde as atenções se voltam quase que exclusivamente para passar em exames vestibulares, propõem aparências negativas para o ensino e aprendizagem de aluno e educador. Apesar dos meios de informação e conhecimento se expandirem exponencialmente parece que as instituições de ensino, capitaneadas pelo MEC, vem fazendo o contrário; resumindo o resumo. Percebemos disciplinas serem eliminadas (história do Amazonas, História afro-brasileira) e outras reduzidas suas cargas horárias (história, filosofia, sociologia), esse processo visa tão somente alienar ou limitar a formação do estudante como cidadão crítico e defensor dos seus direitos.

Sendo assim, é importante frisar que a avaliação é alicerçada na nossa experiência enquanto educador de Língua Portuguesa e Literatura de cinco anos, em turmas do ensino médio. Através de vivência social, imersão aprofundada e contextualizada da realidade observada, realizamos coleta de diálogos de professores e da gestão escolar no que diz respeito à problemática educacional e dos possíveis fatores que a influenciam de forma negativa na formação do discente.

A técnica da análise de conteúdo (BARDIN 2009) foi executada e, para discutirmos UCEs — unidades de contexto elementares — coletadas através de diálogos com professores e gestão escolar, sobre as perspectivas que eventualmente concorram ao fracasso da escola. Decidimos elencar categorias que embasaram inferências concernentes ao estimado estudo. Entendemos que categorias foram relevantes para aprofundar a pesquisa, propondo compreensão sobre o objeto investigado.

Estipulamos 50 UCEs significativas para a composição de categorias, *a priori*. Cabe ressaltar que as categorias analisadas são: i) *categoria mercado*, ii) *categoria Estado*, iii) *categoria comportamental* e iv) *categoria leitura crítica* na intenção de inferir reflexões no contexto educacional e suas implicações. Para a análise dos dados coletados partimos dos seguintes pressupostos: a.) degravação; b.) leitura flutuante; c.) leitura inferencial; d.) categorização das UCEs; e.) interpretação dos resultados à luz da base teórica. A partir das

categorias, pensamos na questão comportamental dos educandos, tendo em vista ponderarmos sobre o processo de ensino e aprendizagem. Vamos a elas.

2 MIRAGENS DO CENÁRIO EDUCACIONAL: Estado, mercado, quantitativo e leitura crítica

A escola, mediante o sistema capitalista dominante, historicamente vem se organizando de acordo com as mudanças ocorridas nos modos de produção e funcionamento do setor produtivo, gerando, com isso, prejuízos incalculáveis à formação do indivíduo/cidadão e ao desenvolvimento da sociedade uma vez que a incorporação de princípios econômicos à instituição escolar resulta na negação de sua essência, pois à medida que traz para sua realidade, mecanismos voltados ao atendimento das necessidades produtivas do sistema ela contradiz sua especificidade de instituição formadora ao gerar uma educação restrita e condicionada ao cumprimento da alienação humana. (Kuenzer, 2018, pág. 98)

A escola parece ter se transformado em uma fábrica capitalista de formação para o mercado de trabalho, pois essa é a exigência do grande capital. É o que nos orienta Kuenzer (2006) ao retratar o cenário vigente na educação básica. Assim, entendemos que a escola perdeu sua essência e seus mecanismos estão voltados apenas à necessidade do sistema. Ao agir assim, a escola nega sua especificidade de instituição formadora e gera uma educação alienante, de mera reprodução, limitando qualquer meio de transformação social e cultural mais profundo. Parece que a ideia é formar, quando muito, técnicos de nível médio, com formação restrita, direcionado para a fábrica. Dessa maneira, o que dá a entender é que limitar o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior é uma política elitista de reserva de mercado.

A organização da escola básica vivencia um período crítico de desmonte com a falta de investimentos na educação. Para além disso, Granja (2010) relata a crescente e cada vez mais precoce fragmentação disciplinar como condução a uma perda de significado para os saberes e fazeres estudados. O elogio das abstrações sem o correspondente apreço pelas contextualizações torna o conhecimento escolar insípido para o alunado, aumentando a distância entre seus centros de interesse e universo escolar. Principalmente quando essa situação se refere ao interior do bioma amazônico, onde a realidade difere muito dos moldes da educação tradicional ensinada. As peculiaridades regionais, os saberes ancestrais e as cosmogonias dos povos da floresta não são levados em consideração na maioria das disciplinas ministradas.

Ante tal observação, temos que disciplinas escolares apresentavam como meta discutir a sociedade alheia ao bioma, mas esse aspecto prontamente foi deixado de lado e

professores começaram a ter foco maior em questões ligadas ao ensino de normas padrões da Língua Portuguesa, envolvendo gramática, fonética e fonologia, pouco atendendo à formação cidadã amazônica. Isso culminou em caracteres para que escolas se tornassem instituições formativas quase que somente para o mercado de trabalho. Assim sendo, foi relevante abordar a incursão do Estado nessa ação, que reconhece a figura da escola como mera fábrica de reprodutores de saber e mão de obra barata para o comércio.

Por outro lado, o objetivo da escola é relativo e se distingue em, pelo menos assim o deveria ser, formar cidadãos críticos, seres pensantes e autônomos para fazer a diferença em seu meio social. Cidadãos que possam se envolver com perspectivas históricas relevantes da sua população, agentes de mudança social, como descreve Freire (2013). Nossa ponderação se dá pelo pensamento marxista em relação ao social. Cremos que a sociedade se baseia na luta de classes, sendo esse cenário transcrito no contexto educacional. Se a escola se tornou uma fábrica do Estado para formar mão de obra barata, é lúcido supor que alunos saem do Ensino Médio sem nenhuma perspectiva de mudança de vida. Principalmente porque a automação tem tirado cada vez mais postos de trabalho de ‘chão de fábrica’.

A problemática é abordada por Bagno (2007) quando avalia a dificuldade do alunado quando chega ao Ensino Médio com defasagens oriundas de uma má construção curricular — do ensino fundamental — compondo apenas regrinhas gramaticais e análises desfiguradas, descontextualizadas ante a realidade vivenciada. De igual modo, pela má distribuição de conteúdos que compõem o currículo, há que se ponderar sobre o engessamento de temáticas pela Secretaria de Educação do Estado; secretaria geralmente ocupada por secretários com indicação política, pessoas alheias à educação, comumente políticos que de alguma forma usam o cargo para se promover e arrebanhar profissionais de educação como cabo eleitorais.

De certa forma, entendemos que a prática da educação moderna, alicerçados nos conceitos de Marx e Engels (2014), se dá como uma espécie de prolixidade para a manutenção de valores burgueses; uma prolixidade que, de forma indireta, age para a manipulação social. São usos e abusos voltados para determinado objetivo em comum; ou seja, manutenção do controle e poder de uma classe sobre a outra.

O modelo de educação atual poderá ser transformado mediante mudanças profundas na estrutura organizacional do Estado, somente quando a educação se modificar em prioridade de política pública de nação, em projeto de governo sério que passe a investir maciçamente em capital humano em formação (alunos). Transformação, adaptação e ampliação dos conteúdos estudados, investimentos em escolas dignas, valorização dos professores, e

acreditamos que isso dependerá de uma tomada de consciência por parte dos nossos governantes, de professores, educandos, gestão e da sociedade. Sobretudo porque no princípio a educação se destinava a ricos, que regiam sistemas sociais, escravizavam e doutrinavam, conforme aponta Aranha (1990)⁶. A educação, assim, era controladora e propositiva a classes abastadas. Depois, a educação se tornou pública, de acesso a todos. Porém, sua finalidade, hoje, é baseada — na visão do Estado — para a formação de carreiras. Entendemos assim porque a massa estudantil da classe média baixa (que são muitos) se encontra matriculada em instituições de ensino que pouco visam a competência crítica.

Alicerçados nesse viés, defendemos que a educação se dá fora do poder de controle do sistema escolar, vai além do formalismo escolástico, se faz no dia a dia das pessoas. Porquanto, é preciso repensar práticas educacionais como um todo, inserindo práticas e fazeres das culturas tradicionais, religiosidades e costumes. As mudanças se fazem necessárias, pois o educador, colocado por Brandão (2005) como “deseducado”, é que pode transformar a realidade educacional, propondo um novo sentido com a valorização cotidiana dos seus educandos. Mas, afinal, o que se entende por educação? Sob essa ótica salientamos o que a lei de 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aborda:

- Art. 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:
- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
 - b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
 - c) o fortalecimento da unidade da unidade nacional e da solidariedade internacional;
 - d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
 - e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
 - f) a preservação do patrimônio cultural;
 - g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceito de classe ou raça.”

Pela lei, inferimos que o objetivo educacional – analisando o que o Estado diz – deve estar voltado a formar cidadãos conscientes de direitos e deveres, autônomos e críticos em relação à realidade. Entendemos que, se tal objetivação fosse de fato fomentada pelo Estado,

⁶ Exemplo de tal perspectiva é o estudo da literatura; o uso dela. Partimos da literatura de cunho brasileiro, mais precisamente na geração romântica onde esta arte era utilizada para retratar a vida burguesa, seus costumes e ideologias, sempre voltadas a críticas por intermédio do social; do descaso e despreocupação para com a classe subordinada.

educadores(as) enfrentariam menos dificuldades e se construiria um cenário menos controverso do que o atual.

Assim, as entidades superiores do país deveriam pensar a educação não apenas nos números dos índices e provas aplicadas pelo governo, mas sob a ótica de pontos que envolvem a) gestão; b) estrutura; c) salário; d) planejamento; e) recursos para a realização de projetos; f) bibliotecas; g) currículo e h) formação continuada de educadores. Sobre a perspectiva do sistema educacional, em um diálogo com um(a) educador(a) da escola pública de Parintins, destacamos a sua abordagem quando este diz que:

Bom, a minha experiência em sala de aula é de apenas seis anos, diferente de muitos professores que estão aí a vinte, trinta anos na educação. Então eu... cheguei num momento em que **a educação da sala de aula hoje, o sistema de hoje é diferente de quando eu era aluna né... o sistema atual eu penso que ele é muito favorável ao aluno**, hoje em dia o aluno pode, **já entra com 60% da sua nota aprovada, já tem uma nota e só tem que conseguir 40% né e... continuar mantendo um padrão básico para que ele possa ser aprovado.**, então eu penso que a parte comportamental dos alunos ela está muito relacionada a esse sistema de aprovação que nós temos hoje né... no tempo **quando eu era aluna por exemplo nós tínhamos que conseguir 100 pontos né, isso com a parte de conteúdo mesmo, de produção intelectual. Hoje os alunos têm que conseguir 40% apenas; o restante é comportamental, é responsabilidade, interesse, frequência né... que não deveria ser um motivo para nota né, deveria ser uma regra que o aluno deveria que seguir mesmo né... normalmente né... mas eu penso que a parte comportamental tem muito a ver com isso** (Professor(a) 2, *grifo nosso*)

O sistema educacional, a partir das UCEs ora destacadas em negrito, em seu formato de constituição objetiva a aparência relacionada exclusivamente na formação de cidadãos com pouco interesse sobre sua realidade, seu contexto. Esse princípio educativo, a nosso ver, apresenta um pressuposto de alienação, comodismo, de desenvolvimento para o controle indireto de educandos. Esse controle se dá no seguinte sentido: ao modo que deixam de interpretar a sociedade e os problemas constantes, de forma crítica e reflexiva, deixam de perceber as próprias mazelas. O preceito educativo da escola básica tem uma relação incoerente com o que o Estado prega por meio de leis, constituições e comerciais via mídia.

A partir do diálogo com o educador e dados que ele afirma — acerca de quando o estudante inicia o ano letivo já possui 60% de nota, ou seja, tem apenas que buscar desenvolver 40% das atividades —, a alienação do educando e do próprio professor são perceptivas, sobretudo no parâmetro do sistema que compõe a uma educação do tipo bancária. A educação, assim, não se configura como qualitativa, sim como quantitativa balizada por notas. Brandão (2005) estima que, da maneira como é distribuída a relação alunado-professores, alunos são vistos pelo Estado como inferiores e incapazes de pensar.

Com base nas UCEs, inexistente igualdade no Brasil e a educação, por fim, acaba por consolidar uma estrutura classista que pesa sobre a sociedade, então a educação com finalidade de formar pessoas críticas, na perspectiva de Freire (2013), engajadas socialmente, se mostra falha. Nos dias atuais, a escola deixa a desejar sobre tal engajamento, e em certa medida são causas intrínsecas: i) o despreparo de muitos educadores; ii) o engessamento curricular; iii) as práticas cansativas e iv) a falta de incentivo para o educando, corroboram para um eventual fracasso educativo.

Ademais, ao partimos do pressuposto de que o Estado não investe como deveria no âmbito educativo das escolas públicas, deixando de lado o incentivo à leitura de caráter crítico e a cidadania consciente e reflexiva do educando. Cabe supor que a escola deixou de lado perspectivas voltadas a sua formação ética, moral e compromissos socioculturais. O sistema educativo, atualmente, é adornado de falhas porque visa mais o mercado, preocupando-se com quantidade e pouco com qualidade. Ao desamparar educadores e gestores para práticas educacionais pertinentes e adequadas, controvérsias são notadas. Uma das problemáticas se dá no quantitativo da base escolar. Salas cheias de alunos, carência de materiais escolares adequados, ausência de laboratórios e bibliotecas concorrem para eventuais fracassos.

Igualmente, destacamos algumas UCEs, a partir de conversas com docentes e gestão, que tendem a corroborar ao suposto. Em diálogo com um(a) dos(as) professores(as) de uma escola da cidade, quando indagado(a) sobre as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem, ele(a) abordou:

Uma das maiores dificuldades que enfrento na sala de aula é **encontrar uma sala cheia de alunos**. São mais ou menos uma faixa de 45 alunos por turma. É desgastante. **A falta de acompanhamento é uma deficiência que a escola enfrenta; um grande desafio**. Não dá para acompanhar todos eles. E sem contar que **a maioria deles chegam ao ensino médio com problemas graves da falta de leitura, escrita e interpretação**. Uma herança que eles trazem do ensino fundamental (Professor(a) 1, *grifo nosso*).

Com base nas UCEs posteriormente, referentes às categorias i) “Estado” e ii) “Mercado” voltadas ao sistema educacional, constituíram narrativas da prática educacional e do ensino/aprendizagem. Tais perspectivas baseiam reflexões e críticas sobre a escola e sua finalidade. A partir da fala do educador, entende-se que a falta de acompanhamento — probabilidade sempre levantada pelos professores — reflete a precariedade da educação enfrentada por seus agentes no processo de construção de saberes. Dessa forma, percebe-se que essa falta se dá pelo grande número de alunos que compõem as salas de aula e o pouco tempo disponibilizado para desenvolver atividades.

No dia a dia escolar, é perceptível a falta de acompanhamento a alunos, tendo em vista que, a nosso ver, é complexo que um educador acompanhe um por um, sobretudo devido a uma estimativa de dois tempos de cinquenta minutos ou somente um tempo de aula. Essa é a consequência de salas cheias, que visam *quantidade* e não a *qualidade*, preparando escolares de forma muito fragmentada apenas para o mercado de trabalho. Além de turmas cheias, professores desmotivados têm dupla ou tripla jornada de trabalho para conseguir melhorar seus baixos salários. Esse fato sobrecarrega o docente física e mentalmente, fazendo-o desmotivado em todos os sentidos, principalmente em buscar formação continuada.

Alusório à classe categórica do ato de acompanhamento em sala de aula, no processo educativo, Freire (2013) traça uma abordagem proeminente relativa a uma perspectiva que pode contribuir para educador e alunado quebrarem barreiras e paradigmas. O autor endereça a questão do diálogo tal qual uma exigência existencial. Para ele, essa é uma ferramenta que contribui para a prática na educação, constituindo a imagem de que este ato é o encontro que possibilita a eles pensarem, pondo-se no lugar de *outrem*, se solidarizar e ser humanitário. Entendemos, como Paulo Freire, que o método de educar se faz por meio de uma construção coletiva, devendo levar em consideração o universo do educando. Não se pode mais fazer educação por meio de “repasso” de conteúdo ou pela simples repetição ilógica, é preciso aprender a ensinar e apreender para a vida palpável.

A interação entre escola, família e sociedade é fomentar o disposto e, seguindo análise conteudal refletida no depoimento do professor 1, é destacada outra construção relevante: *a da dificuldade com que alunos chegam ao Ensino Médio*. Segundo o destacado, a maioria dos educandos adentra ao Ensino Médio com déficit de leitura, adjacente à escrita e interpretação textual. A herança do Ensino Fundamental é advinda da má distribuição curricular (BAGNO, 2007). Mas entendemos que todas essas deficiências poderiam ser sanadas se houvesse um plano integrado nacionalmente para o desenvolvimento sério da educação desde a base.

Com embasamento nesse posicionamento, é inferida a seguinte reflexão correspondente ao processo educativo particularmente voltado à Língua Portuguesa e sua primazia curricular. Para a reflexão, há apoio em escritos de Odenildo Sena (2001; 2016), estudioso e crítico do ensino da língua, que afirma ser a compostura do currículo do Ensino Fundamental norteadas para a gramatiquice; ou seja, o educador se preocupa com regras gramaticais e se esquece de demais competências relevantes do ensino. Sob a perspectiva de Sena (ID., *op. cit.*), o incentivo à leitura perpassa pelo treinamento da escrita e pela interpretação textual. De fato, o currículo encaminhado por Secretarias de Educação é

engessado, dando pouca margem a ponderações sobre práticas pedagógicas e rebaixa orientações cidadãs e autônomas do educando.

Nesse ínterim, é urgente a reflexão sobre a necessidade de equalizar salas com grandes quantidades de alunos; a imagem da instituição perante a sociedade; os rankings sobre desempenho escolar. A educação não é apenas uma competição e sim uma construção social de partilha de saberes para a cidadania plena. Um exemplo a ser verificado é relativo a testes padronizados, produzidos e oferecidos pelo governo a fim de avaliar o índice educacional⁷, propor reflexões e identificar melhorias que podem ser feitas em aspectos referentes ao ensino. Porém, tais avaliações podem dificultar a vinda dos já escassos recursos destinados às escolas, o que aumenta a necessidade de fornecer dados positivos, mesmo que contraditórios a respeito do desempenho escolar.

Entende-se que essas avaliações são, sim, uma maneira credora de se identificar possíveis falhas da prática educacional e no déficit de aprendizagem, e, porém, são resultados superficiais, haja vista que retardos na formação se dão por uma gama de fatores: a) piso salarial baixo; b) falta de condições educacionais; c) desvalorização de educadores, d) alunos descompromissados, sem apoio do Estado e da Família; e) educando com baixa renda para investir na qualidade de sua aprendizagem complementar; f) má formação e despreparo cíclico; g) bem como falta de diálogo entre gestão pedagógica e professores. Some-se a isso o pouco tempo para desenvolver atividades coerentes e enriquecedoras e a fragmentação do conteúdo escolar e termos uma escola medíocre na sua função de educar amplamente.

Enfim, tais fatores se correlacionam com abordagens diárias de educadores e educandos e tais indicações refletem-se nos testes padronizados que, na visão governamental, são o “único” jeito de identificar falhas e incoerências na educação, deixando assim de conhecer a realidade das escolas e a promoção do diálogo de quem está no dia a dia, quebrando barreiras e buscando promover uma qualidade educativa pregada pelo Estado via mídia, porém sem o apoio necessário do mesmo.

O quantitativo escolar não é impregnado sem viés algum, dado ter uma finalidade, pois quanto maior o número de “feras”⁸ e representantes a escola A ou B obtiver nos resultados de tais testes e “provinhas”, maior será seu status social e sua premiação terá um recurso maior — verba que poderia ser destinada as outras escolas de forma igualitária — para a realização de projetos e financiamentos para a própria instituição de ensino. Antes, porém, pergunta-se: será

⁷ Cita-se aqui as provas do IDEB, Provinha Brasil e etc.

⁸ Este termo é usado por algumas instituições escolares da cidade de Parintins para denominar alunos que se sobressaem ante aos outros; criando assim uma competição entre a comunidade estudantil.

que escolas componentes do mesmo sistema educacional são muito díspares uma das outras? Como foi abordado, a competência é uma reprodução do sistema capitalista, da luta de classes (MARX e ENGELS, 2014).

Aspecto relevante a ser destacado é a reflexão baseada na categoria comportamental dos educandos, implicada no processo de ensinar e aprender, amparada na perspectiva das dificuldades plausíveis que educadores enfrentam devido a posturas do alunado em sala de aula. Temos também admitir a forma retrograda de educação livresca e conteudista que praticamos; ainda vemos o aluno passivo e comportado como bom exemplo, erramos ao não nos adaptarmos as novas tecnologias e pecamos mais ainda quando procuramos culpar apenas o Estado e o sistema. Colocando o dedo na ferida e cortando da própria carne temos que admitir nossos erros e parar de reproduzir uma educação patriarcal autoritária de cunho hierárquico, onde um manda e o outro obedece e acata sem questionamentos. Em um diálogo com um(a) educador(a) da cidade de Parintins, levantamos algumas UCEs que estão relacionadas ao que segue:

[...] no comportamento mesmo em sala de aula, a gente percebe assim que os alunos estão vindo pra escola com menos interesse, com menos vontade e a gente relaciona isso com a questão da família, o incentivo da família. Outra questão quanto a parte de comportamento em sala de aula é que é preciso ter pulso pra conseguir, pulso firme, pra conseguir com que eles fiquem quietos, conseguir com que eles prestem atenção... as vezes eles ficam quietos mas não prestam atenção... como resolver essa questão do comportamento? O professor precisa ter autoridade, autonomia né... mas o professor não tem. O desrespeito com o professor, por parte dos alunos, é muito grande. Sofremos isso todos os dias, de alunos desinteressados, alunos com baixa renda que não tiveram educação em casa. (Professor(a) 2; grifo nosso)

A resposta comportamental dos educandos se dá devido a uma gama de fatores engendrados de cunho sociocultural e até econômico desigual que ultrapassa a questão ensino/aprendizagem. Uma dessas problemáticas é relativa à falta de interesse e desrespeito com gestão e discentes, o que culmina na deficiência da produção de leitura e escrita. O ato negativo de não estar com a atenção voltada para as aulas pauta esse cenário. E vai além, por falta de educação doméstica, lazer, cultura, família estruturada, alimentação adequada e todos os outros tipos de desestímulos, o jovem acaba fazendo a escola como uma válvula de escape para seus problemas. O professor que está na ponta da lança, em sala de aula no contato direto com o aluno, acaba recebendo toda uma carga de problemas socioeconômicos que não consegue solucionar e nem suportar. Assim, vê-se de estreitos enlaçados e acuados por alunos afrontosos, muitas vezes se rende ao “mais do mesmo”; ou seja, finge que ensina, o aluno finge

que aprende e nessa política da mediocridade se perpetua o *status quo* de uma sociedade desigual e estagnada na ignorância.

A partir dessa categoria comportamental foram inferidas classes categóricas referentes ao depoimento do(a) professor(a) alusório a sua experiência enquanto educador(a). Na visão de professor 2, alunos vão à escola sem vontade e essa condição se reflete em atitudes cotidianas, resultado da sua falta de comprometimento com o próprio desenvolvimento educacional. Além da falta de interesse em decorrência da perda significativa dos temas estudados em sala de aula⁹, sublinha-se uma classe categórica que, no relato do(a) professor(a) 2, implica em uma crível falha no desempenho escolar: a família.

A família, sob a perspectiva de Freire (2013) e Brandão (2005), é de suma importância e um dos pilares da prática e desenvolvimento educacional, haja vista o entendimento de que o processo de educação se inicia no seio familiar e, por conseguinte, há a socialização de saberes e construção de conhecimentos no espaço escolar. Com base em tais preceitos, temos que a Constituição Federal Brasileira (2018), em seus artigos 205º e 206º, p. 160, destaca que a educação não é somente um dever do Estado, mas também da família e da sociedade.

Logo, deve haver por parte da família a corresponsabilidade de assumir o compromisso educacional e motivacional do educando. Brandão (2005) aponta que a educação não se dá fora da ótica social, de forma isolada do meio de vida em que o aluno está inserido. O educador, por muitas vezes, assume competências que não seriam atribuídas a ele.

Ainda em relação à categoria comportamental, observa-se outra perspectiva. Antunes (2014) traça a teoria do professor não autoritário em sala de aula, já que, na visão da autora, o educador é um agente mediador do conhecimento, sendo exemplo para o aluno. Freire (2013), quando aborda relação e relevância da dinamicidade do educador enquanto agente de mudança social e mediador de reflexão e debate entre pupilos, aposta na interatividade como ponto crucial do debate. Muitas vezes, a falta de interesse não decorre apenas de incentivos mediados, mas também em razão da falta de efeito na aula.

Quando se fala em efeito, pretende-se abordar a respeito do educador que exerce o seu papel como mediador do conhecimento e agente de mudança sem receber conteúdos engessados e pragmáticos. A autonomia é relevante, ela precisa existir, sobretudo porque um educador sem autonomia é um reprodutor de um sistema com mecanismos alienantes. Outra perspectiva comportamental que se pode destacar é a classe categórica: “desrespeito com o

⁹ Granja (2010).

professor”. Analisando a fala, extrai-se que, a partir de sua perspectiva, “[...] o desrespeito com o professor, por parte dos alunos, é muito grande”. Entende-se que há uma gama de fatores influenciadores culminantes em tais atitudes comportamentais, já que, segundo a gestão, em um diálogo, na referida escola “[...] os alunos trazem a falta de educação de casa”.

Contudo, parte-se de uma reflexão proposta por Freire (2013) quando direciona-nos o ponto de vista da falta do diálogo entre pais, filhos(as), educadores, gestão escolar e sociedade. Se houvesse diálogos entre os envolvidos, o objetivo ideal deveria ser a construção coletiva da educação. A atual crise do sistema educacional, para os que estão de forma direta envolvidos — principalmente educadores e educandos — ocorre pelo corte de verbas, a baixa renda salarial, a perda consequente da qualificação de profissionais e o decadente declínio da qualidade do ensino na escola. Assim, pode-se inferir que esses fatos existem e tornam a crise profunda e destrutiva. Porém, ao se falar em mudanças, precisam-se abordar também conceitos e perspectivas. É necessário que se veja a escola como ambiente revolucionário, de transformação e reflexão.

A partir disso, Brandão (2002) orienta uma perspectiva de que a escola é lócus de construção de saberes e conhecimento. Segundo o autor, o papel da instituição escolar é a formação de sujeitos críticos, criativos, que possam dominar um instrumental básico de conteúdos e habilidades, a fim de que tal engajamento possa possibilitar a inserção no mundo do trabalho e também no pleno exercício de sua cidadania ativa. Com base nas premissas, afirma-se que o sistema de educação no Brasil, a princípio, tinha como objetivo o ato de controlar. Anastasiou (2001) atenta que essa primeira educação se deu pelos Jesuítas, no processo de colonização, com o preceito de “catequizar” os indígenas e lhes impor culturas.

O processo educativo, ainda na pós-modernidade, sofreu alterações significativas em busca de melhorias. Porém, o sistema escolar se constitui em boa medida na formação de cidadãos descompromissados no presente. Dessa forma, abstrai-se que, sob a visão de Giroux (1997), as escolas não existem em um perfeito isolamento da comunidade social, e as instituições escolares incorporam atitudes coletivas que permeiam uma gama de aspectos em sua organização.

Em essência, o autor aborda que as escolas não são coisas ou objetos que podem ser manipulados, mas sim manifestações concretas de regras e relacionamentos sociais. A natureza da organização escolar é baseada em valores impregnados socialmente. Gandin (2000) faz reflexão sobre a perspectiva educacional e uma relação referente à ideologia da sociedade. Ele aposta na ideia de que, em parte, o Estado inconscientemente incentiva a noção de que a educação não é um direito, mas uma mercadoria de forma igual a qualquer outra, e ao ser

adquirida no mercado estará cristalizando uma desigualdade, já existente, do processo educacional.

A educação e suas práticas carecem ser repensadas para que esta possa deixar de ser uma fábrica de preparação da mão de obra. É preciso se engajar na perspectiva essencial, não conteudista, social, com relevância ao ato de criar diálogos intersetoriais, formando leitores críticos e autônomos. Concernente a essa ideia de uma possível instituição escolar diferenciada, Mühl (2010) aborda que a escola deve ser, de forma efetiva, uma esfera pública do acesso ao saber, propondo apropriações de forma rigorosa a conhecimentos existentes, oferecendo ao alunado possibilidades para que não sejam meros consumidores ou receptores de informações.

A partir disso, entende-se que a escola, hoje — através da nossa observação, experiência e reflexão sobre a práxis educativa —, exige dos estudantes autonomia, disciplina e esforço nas atividades escolares. Contudo, percebe-se que essa cobrança também é destinada a educadores na objetivação de alavancar índices em rankings. E ao se fazer levantamento das UCEs nos diálogos com educadores e gestão, constatou-se que o governo não dispõe de bolsas, materiais didáticos para alunos e professores, amparo científico laboratorial e organização para grupos de pesquisa que possam fomentar esses índices. Isso implica de forma negativa no processo educacional, reproduzindo desigualdades.

Da mesma forma que, por parte de docentes, o pouco tempo de planejamento, a sobrecarga horária e o baixo piso salarial concorrem para fracassos da educação. Paralela a essa problemática, está a falta de incentivo do Estado em cultura, sobretudo no referente à cultura do aprender a apreender, do ato da leitura, da reflexão, de aspectos primordiais para a construção da cidadania. Concentrar esforços na formação continuada de professores é uma ação importante e substancial (ANTUNES 2014).

Libâneo (2005) aborda que são necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de sólida cultura geral para a melhor realização do trabalho. Saviani (1997) faz referência a saberes que devem ser construídos por docentes em processo de formação inicial e continuada. É afirmado que, sendo o processo educativo um fenômeno complexo, estes saberes também são. Conforme o autor, há cinco categorias de saberes: i) o saber atitudinal, ii) o saber crítico-contextual, iii) os saberes específicos, iv) o saber pedagógico e v) o saber didático curricular.

Pensar a formação continuada de professores é entender que, por intermédio desses instrumentos, a classe profissional incluirá condições de analisar de forma crítica contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais, quais estão concentradas as atividades docentes, podendo intervir na realidade e transformá-la. Gomes (2006) discute que a prática pedagógica

necessita ter dinâmica própria para que se possa admitir o exercício do pensamento crítico e reflexivo, conduzindo a uma visão política de cidadania “capaz de integrar a arte, a cultura, os valores e a interação, propiciando, assim, a recuperação da autonomia dos sujeitos e de sua ocupação no mundo, de forma significativa” (ID., *op. cit.*, p. 233). E acredita-se que o papel da escola deve ser o *focus* na preparação intelectual dos alunos para que eles assumam seu papel na sociedade enquanto agentes de transformações sociais e culturais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está em constante mudança, dinamicidade e o educador necessita incluir em si essa cultura do aprender a aprender, de buscar cada vez mais sua capacitação enquanto mediador do conhecimento. Assim, ele estará reafirmando seu compromisso com a educação e assumindo sua identidade no processo de cuidado e engajamento em mediações e incentivo a competências.

Portanto, compreende-se que a formação continuada, tão relevante, é tratada com desprezo pelo Estado e o docente tem pouco apoio institucional e recursos para tal aspecto. É importante destacar que as categorias observadas refletem e nos direcionam para entender quais os possíveis aspectos de uma eventual falha no processo educativo. O papel do pesquisador, na contemporaneidade, é investigar e mostrar as problemáticas, propondo intervenção e melhorias para uma desenvoltura apropriada de uma educação justa e igual, com a objetivação de formar cidadãos comprometidos e agentes de mudanças sociais e culturais.

Foi meta compreender e levantar classes categóricas que contribuem ao exploratório e descritivo da ideia educacional que Estado e instituições possuem. Assim, espera-se que este estudo possa servir como ponte para investigações futuras para abordagens ante a realidade da educação no Amazonas e se estender pelo território brasileiro. Vive-se num período histórico em que governo organiza cortes e inviabiliza o acontecimento de um processo tão relevante para a vida de pessoas: a educação e seus nuances. E temos a convicção que a função da escola sempre será a de libertadora, criadora de condições para vencer o obscurantismo e o negacionismo que aprisionam e nos torna escravos de um sistema perversamente retrogrado e cruel com uma grande parcela da sociedade.

4 REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C. **Metodologia de Ensino na Universidade Brasileira**: elementos de uma trajetória. Campinas: Papirus, 2001.

ANTUNES, I. **Gramática Contextualiza**: limpando ‘o pó das ideias simples’./ Irandé Antunes. – 1ª. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ARANHA, M. L. de A.. **Filosofia da Educação**. 2ª Ed. São Paulo. Moderna. 1990.

BAGNO, M.. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BRANDÃO, C. R. **A educação na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Ed. 46º.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 Jun. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire – 45ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GANDIN, Luis A. A escola a procura de clientes. *In: Revista de Educação AEC*, v. 29, n. 116, Brasília, 2000.

GIROUX, H. **Os professores com intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, A. M. A. *et al.* **Os saberes e o fazer pedagógico**: uma integração entre teoria e prática. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 231-246, 2006. Editora UFPR.

GRANJA, C. E. de S. C. **Musicalizando a escola**: música, conhecimento e educação. 2. Ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. *In: FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. P.246.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MÜHL, E. H. Problematização. *In: STRECK, D. R.; REDIN, E; ZITKOSKI, J. (Org.) Dicionário Paulo Freire*. 2. Ed. Amp. 1. Reamp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 328-330.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 17ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SENA, O. **Mazelas do livro didático: à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. /
Odenildo Sena. – Manaus: Valer, 2016.

SENA, O. **Palavra, Poder e Ensino da Língua**. 2ª. Ed. Manaus: Valer, 2001.